manchete

Público	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	499 cm²
24-01-2007	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	75000	Página (s):	1/10

PGR ENVIA DOCUMENTOS SOBRE VOOS DA CIA PARA INVESTIGAÇÃO

Pinto Monteiro vai receber sexta-feira a eurodeputada Ana Gomes

O procurador-geral da República enviou os documentos que já recebeu sobre a passagem de voos da CIA nas Lajes para o Departamento Central de Investigação e Acção Penal e vai receber, sexta-feira, a eurodeputada Ana Gomes. A acção de Pinto Monteiro foi conhecida no dia em que a comissão do Parlamento Europeu que investiga os voos da CIA aprovou o seu relatório final que critica a acção do Governo português. Em causa está a eventual cumplicidade de governos europeus no transporte ilegal de prisioneiros para Guantánamo. **P10**

Manchete, 1996-2007 | Manchete e Netpress são marcas registadas da Manchete, SA

manchete

Público	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	499 cm²
24-01-2007	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	75000	Página (s):	1/10

Passagem de voos da CIA pela Base das Lajes remetida ao DCIAP

Procurador vai receber Ana Gomes sexta-feira. BE quer Amado no Parlamento para se explicar

NUNO SÁ LOURENÇO E ISABEL ARRIAGA E CUNHA, EM BRUXELAS

O procurador-geral da República, Pinto Monteiro, remeteu para o DCIAP (Departamento Central de Investigação e Acção Penal) as denúncias feitas a Pinto Monteiro pelo jornalista Rui Costa Pinto, a propósito de uma reportagem sobre os voos da CIA na ilha Terceira (nos Açores, onde está localizada a Base das Lajes) e cuja publicação não foi autorizada pela revista *Visão*.

Foi o advogado do jornalista, Jorge Ferreira, quem confirmou o desenvolvimento da denúncia, feita na passada quinta-feira e relatada no sábado pelo *Diário de Notícias*. De acordo com Jorge Ferreira, o encontro na Procuradoria-Geral da República (PGR) teve que ver "com factos de que tomou conhecimento em reportagem, que, no entender dele, são susceptíveis de pôr em risco as fontes dele". O advogado acrescentou ainda que o jornalista "tomará a iniciativa de dirigir uma comunicação ao DCIAP, na sequência da realizada junto do procurador-geral da República".

A assessora de imprensa da PGR, Ana Lima, confirmou a decisão de Pinto Monteiro, acrescentando que o DCIAP será "para onde será canalizada toda a eventual informação que chegue à PGR".

Também ontem ficou a saber-se que Pinto Monteiro receberá a eurodeputada do PS Ana Gomes, na sexta-feira, a propósito do mesmo tema. A eurodeputada socialista, que alegou ter tido acesso a testemunhos, nos Açores, de situações suspeitas, também já admitiu, há duas semanas, participar as alegadas ocorrências ao Ministério Público português, após a aprovação pelo plenário da assembleia de Estrasburgo das conclusões finais sobre os voos da CIA, prevista para Fevereiro.

Na sequência do relatório do Parlamento Europeu, o Bloco de Esquerda pediu a presença do ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, em comissão parlamentar, para esclarecer sobre as escalas de voos da CIA nos Açores. "Luís Amado sempre disse que só voltaria ao Parlamento para prestar esclarecimentos aos deputados quando fossem apresentados novos factos. Ora, tendo em conta a gravidade das emendas relativas a Portugal hoje [ontem] aprovadas, o BE entende que o Governo não pode continuar a escamotear e a agir como se nada tivesse existido", argumentou o partido, em comunicado.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros emitiu um comunicado, no qual classifica todo o processo como "desinformação" e considera haver "excessiva ligeireza" nas acusações.

Aprovadas emendas que criticam Governo

Portugal foi especialmente visado no relatório do PE. A comissão especial do Parlamento Europeu concluiu que 118 aviões operados pelos serviços secretos norte-americanos fizeram escala em aeroportos portugueses nos últimos anos.

Perante esta constatação, o PE encoraja as autoridades portuguesas a prosseguir as investigações sobre a possível passagem por Portugal de vítimas do programa de detenções de alegados terroristas, com vista a determinar se deverá haver compensações por violações dos direitos humanos. Este pedido, repetido para a totalidade dos restantes países investigados, está expresso no relatório aprovado pelos membros da comissão.

Os dois parágrafos dedicados a Portugal na versão preliminar do relatório, publicada em Novembro, foram ontem aumentados para seis, em resultado das propostas de alteração apresentadas por vários deputados, entre os quais Ana Gomes, para que fossem tidos em conta os resultados da deslocação a Lisboa, a 6 de Dezembro.

O relatório expressa a "profunda preocupação" pelas 91 escalas de aviões operados pela CIA em aeroportos portugueses, a par de uma lista de mais 17 escalas realizadas entre Janeiro de 2002 e Julho de 2006 – período que cobre os governos de Guterres (as últimas semanas), Durão Barroso, Santana Lopes e José Sócrates.

Os deputados lamentam igualmente que as autoridades portuguesas "tenham sido incapazes ou relutantes" em responder às perguntas da comissão temporária, embora sem chegar ao ponto de criticar a atitude "não cooperante" do ministro dos Negócios Estrangeiros, como pretendiam algumas propostas de alteração.

A este respeito, Claudio Fava reconheceu aos jornalistas que Luís Amado "não quis apoiar a importância do trabalho que esta comissão desenvolve há meses", precisou. ■ COM LUSA

Manchete, 1996-2007 | Manchete e Netpress são marcas registadas da Manchete, SA

manchete

Público	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	499 cm²
24-01-2007	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	75000	Página (s):	1/10

PE considera improvável que governos desconhecessem

O Parlamento Europeu considerou ontem "improvável" que os governos europeus não estivessem ao corrente do programa de detenções forçadas e transporte ilegal de prisioneiros operado pela CIA através do seu território.

Esta posição foi assumida pela comissão parlamentar encarregue de investigar as actividades dos serviços americanos no relatório que foi ontem aprovado com os resultados de um ano de actividades.

Mesmo se não apresenta provas concretas sobre o envolvimento de governos europeus, num programa cuja existência foi reconhecida em Outubro pelo presidente americano, George W. Bush, o relatório avança com dados concretos sobre a passagem de pelo menos 1.245 voos operados pela CIA pelo espaço aéreo europeu e vários aeroportos dos Vinte e Sete.

As indicações de que muitos destes aviões poderão ter transportado prisioneiros detidos de forma ilegal, resultantes de dezenas de testemunhos, levaram os deputados a pedir a todos os países para prosseguirem as investigações sobre a natureza exacta destes voos. Ao mesmo tempo, pedem ao conselho de ministros da UE para impôr sanções aos países culpados de violação dos direitos humanos, sobretudo o direito a um julgamento justo. Estas sanções são geralmente interpretadas como uma possível suspensão dos seus direitos de voto nas decisões da UE.

Assumindo uma posição muito crítica face à maior parte dos governos, que recusaram ou limitaram fortemente a sua colaboração com as investigações da comissão parlamentar, o relatório dirige as maiores farpas ao Conselho de Ministros da UE: o seu secretário-geral, Javier Solana, é acusado de ter "truncado documentos" e de "esconder informação", segundo a expressão de Carlos Coelho, presidente da comissão temporária.

O relatório ontem aprovado conjugou a versão preliminar apresentada em Novembro pelo deputado socialista Claudio Fava com uma série de propostas de alteração apresentadas sobretudo pelos parlamentares socialista, liberal e verde. Ao invés, a comissão rejeitou a quase totalidade das propostas apresentadas pelos conservadores do PPE e pelos soberanistas do grupo Europa das Nações, que pretendiam minimizar eventuais ilegalidades cometidas pelos responsáveis norte-americano, a possível conivência de governos europeus, e deixar implícita a possibilidade de alguma ligação ao terrorismo por parte dos queixosos de maus tratos.

Por essa razão, o relatório foi aprovado com os votos favoráveis dos deputados socialistas, liberais e verdes, e com a oposição da generalidade dos deputados de direita. Vários membros do PPE associaram-se, no entanto, à posição maioritária, caso de Carlos Coelho.

Esta divisão está em risco de provocar uma crise no interior do maior grupo do PE, sobretudo na perspectiva da votação final do relatório, que será

Manchete, 1996-2007 | Manchete e Netpress são marcas registadas da Manchete, SA

manchete

Público	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	499 cm²
24-01-2007	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	75000	Página (s):	1/10

submetido aos 785 membros do PE durante a sessão plenária de Fevereiro, inevitavelmente com novas propostas de alteração. ■ ISABEL ARRIAGA E CUNHA, BRUXELAS

O que disseram, em momentos diversos, os dois eurodeputados portugueses membros da comissão parlamentar – Ana Gomes (PS) e Carlos Coelho (PSD) – sobre o relatório ontem aprovado.

Cooperação do Governo com a comissão

Ana Gomes – O que foi particularmente embaraçoso para mim,como deputada portuguesa, que pôs sempre o Governo português numa posição de colaboração e esclarecimento, foi verificar, a partir de certa altura, uma inversão de atitude, uma obstrução e uma crítica à comissão, negando o que era inegável. Isso de alguma maneira agravou a percepção geral em relação a Portugal

Carlos Coelho – Numa primeira fase o Governo não colaborou com a comissão e permitiu que se gerassem e alimentassem suspeições, mas isso veio mais tarde a ser corrigido, porque numa segunda fase passou a colaborar de uma forma que tive a ocasião de sublinhar.

Sobre a possibilidade de Portugal ser visado na afirmação de que é improvável os governos europeus não estarem ao corrente

Ana Gomes – Os governos portugueses, sem dúvida, e a prova disso é que o ministro dos Negócios Estrangeiros, ao reconhecer os voos militares que foram autorizados politicamente, o reconhece de certa maneira

Carlos Coelho – Não, seguramente que não. Essa referência tem vários destinatários, a Polónia e a Itália e admito que tangencialmente o Reino Unido. Mas objectivamente não é dirigida a Portugal.

Sobre o efeito que terão tido as cartas escritas pelo MNE à comissão

Ana Gomes – Desastroso. As cartas do senhor ministro foram desastrosas. Porque não há nenhum outro ministro a dizer que aprovar voos para Guantánamo é normal, sobretudo depois de este escândalo ter rebentado.

Carlos Coelho – Foi importante toda a troca de correspondência com o Governo português. Creio que isso permitiu aos elementos da comissão ter uma ideia mais correcta do que é que estava em causa. Houve muitas afirmações que foram feitas e em que era necessário ouvir o contraditório. A troca de correspondência foi uma forma positiva de esclarecer o que é que estava em causa.

Sobre o efeito dos comentários que Luís Amado enviou a vários deputados contestando as propostas de alteração apresentadas relativamente a Portugal

Ana Gomes – Desastroso. Foi uma tentativa de pressão que foi muito mal entendida por vários eurodeputados e que reforçou a ideia de falta de colaboração e de escamoteamento. O ministro não percebeu rigorosamente nada, quando considerou inaceitáveis mesmo os argumentos que eram incontestáveis.

Carlos Coelho – Não é um documento oficial, eu não o recebi, mas acho muito bem que o Governo português o tenha feito. Muitas vezes é isso que pedimos ao Governo, que torne claro, relativamente a todas as matérias que são discutidas no PE, a interpretação que delas faz.

O Governo português e de Luís Amado são particularmente visados no relatório

Manchete, 1996-2007 | Manchete e Netpress são marcas registadas da Manchete, SA